

Celeste Rodrigues

Univ. de Lisboa

NOVA PROPOSTA DE DATAÇÃO DE TRÊS MANUSCRITOS MEDIEVAIS

Cada vez mais exigimos rigor dos trabalhos de edição de manuscritos medievais como, de resto, a exigimos de todos os outros. Este trabalho tem conexões com diversas áreas afins, como é sabido, nomeadamente com a paleografia, a codicologia e a história *latu sensu*.

Um dos problemas que se coloca com frequência ao investigador é a inexistência ou incorrecção de datação do manuscrito que pretende estudar. Esta questão tem que ser resolvida com a ajuda quer das áreas de estudo já referidas quer da análise linguística do(s) texto(s). A datação deve ser o mais aproximada possível, nos casos em que a datação real não pode ser determinada em função dos estudos levados a cabo. A análise linguística, paleográfica e codicológica costuma dar bons resultados na determinação da data de manuscritos não-datados ou erroneamente datados. E uma datação acertada permite melhores interpretações, sobretudo, de natureza histórica.

Partindo destes pressupostos, o presente artigo apresenta os resultados do estudo (de várias naturezas) de três manuscritos relacionados entre si do modo que adiante se explicita.

Vejamos, agora, que tipos de dificuldade se podem levantar ao trabalho de datação e de que dados nos podemos socorrer para a sua determinação.

Uma das dificuldades consiste na inexistência de data no texto. A outra na referência de uma data errónea. A inexistência de data é, por vezes suprida pela referência a pessoas, entidades ou factos historicamente identificados ou identificáveis. Outras vezes é suprida pelas características linguísticas dos textos ou pelas características formais do suporte em que se encontram. As mesmas técnicas se aplicam nos casos em que existe uma datação errónea, porém, nesses convém determinar, ainda com mais precisão, a(s) causa(s) da inexactidão da data atribuída. Pode tratar-se de um erro do original ou de um erro de cópia (se cópia é), de um erro na decifração do texto ou de interpretação de dados nele existentes ou a propósito dele conhecidos.

No caso presente encontramos três tipos de problemas de datação. A saber:

1 - Manuscrito: Lisboa, ANTT, Maço 11 de Forais Antigos nº 2 (N. A. 462) (doravante designado A), que contém o texto dos Costumes de Vila Nova de Alvito (hoje, Vila Nova da Baronia) - datação errónea devido à aceitação tácita de que o documento fosse um original de 1280 (quando tudo indica que se trate de um documento de meados do século XIV);

2 - Manuscrito: Lisboa, ANTT, Maço 3 de Forais Antigos nº 2 (doravante designado B), que contém o texto dos Costumes de Borba -

datação de 1347 discutível;

3 - Manuscrito: Santarém, Biblioteca Municipal, Arca da Confraria nº 2 (doravante designado B) que contém uma versão do texto dos Costumes de Santarém - datação errónea devido à confusão entre as Eras de César e de Cristo.

Estes três manuscritos têm em comum o facto de pertencerem à tradição textual, inicialmente oral, dos Costumes de e Santarém. Os Costumes de Santarém tiveram ampla divulgação, sobretudo no Alentejo. Diversas povoações (Borba, Vila Nova de Alvito, Oriola, entre outras) receberam versões dos Costumes de Santarém mais ou menos adaptadas às respectivas povoações em diferentes alturas. A, B e S são três desses documentos, sendo S o do Concelho de Santarém já de uma fase relativamente tardia.

Referências à datação dos mss. A, B e S têm sido feitas com maior ou menor discussão em trabalhos como os de CINTRA (1963), MATTOSO (1991), no caso do ms. A; HERCULANO (1846), BARROS (1945-54), PALMA (1964), BEIRANTE (1980), MATTOSO (1991), no caso do ms. B e, no caso do ms. S, BRANDÃO (1883) e BEIRANTE (1980). RODRIGUES (1993) discute as datações anteriormente referidas tendo como base, quase exclusivamente, critérios de natureza codicológica, paleográfica e de crítica textual. Apresentamos aqui um resumo das principais conclusões desse trabalho a que se seguirão algumas notas de carácter grafémico que nos permitem reforçar as hipóteses aí levantadas.

Manuscrito A:

Dados codicológicos e paleográficos mais relevantes:

Trata-se de um caderno isolado em pergaminho desigualmente branqueado. Não revela grande cuidado, quer no que diz respeito à obediência à caixa de texto definida, quer no que respeita à decoração. Apresenta, apesar disso, uma letra gótica caligráfica relativamente regular e rubricas e iniciais a vermelho com alguns traços ornamentais a castanho.

O caderno, para além do texto aqui estudado (que aparece de f.3v l. 13 a f. 7r.), contém ainda uma cópia traduzida do Foral dado a Santarém e que, tal como o dos Costumes, se destinava a Vila Nova de Alvito (de f.1 a 3v. l. 12).

Dados grafémicos e outros:

Predominância da grafia <-m> em posição final de palavra em detrimento de <-n>, o que indica que se trata de um texto copiado provavelmente entre 1340 e 1360 (segundo comunicação particular do Doutor Borges Nunes a quem aproveitamos para, publicamente, agradecer).

Esta interpretação é corroborada pela existência somente do sinal tironiano e de <E> para grafar a conjunção copulativa em vez da alternância destas com <e> presente em textos de décadas anteriores. O mesmo parece indicar a presença exclusiva da grafia <nh> ou da sua

abreviatura <~h> para indicar a nasal palatal, não alternando já, portanto, com as grafias mistas <gn> ou <gnh> que surgem abundantemente, por exemplo, no texto dos Costumes de Oriola (Cf. RODRIGUES (1993)) datado de 1297.

No caso da lateral palatal temos neste texto, unicamente, a grafia <lh>, o que mostra o grau de consolidação do uso desta grafia face à oscilação ortográfica que caracteriza muitos textos do século XIII. Existe ainda alguma variabilidade ao grafar as sibilantes surdas (quer as apicais, quer as africadas (ou já fricativas?) dentais que aparecem maioritariamente grafadas <s>, em posição inicial, contrastando com <ss> em posição medial, no primeiro caso, e <c> ou <ç> no segundo). Existem algumas grafias que se afastam da norma, nomeadamente, em monossílabos (A52 *ssy* e *ssi*, *sse*, por exemplo) e também, em posição medial, A34 e A52 *resio*, A37 *asináadas*, A56 *outrosy*, A18 *rouso*. Contudo, o uso moderno parece estar já bastante firme nas grafias para as diversas sibilantes.

Por último, o <h> aparece em algumas palavras, quer com justificação etimológica quer sem ela, vejam-se por exemplo: A12 *ha*, A15 *homes*, A7 *hir*, *coonha*, A13 *thaudo*.

Outro dado, ainda que não de ordem ortográfica, que atesta provavelmente a modernidade deste texto é o facto de existir maior número de formas de contracção das preposições com os artigos *pe(o)s* do que as formas mais antigas *po(o)s*.

Todas estas características são compatíveis com a hipótese de que este caderno fosse uma cópia destinada ao Concelho de Vila Nova de Alvito feita, talvez, para substituir nos uso quotidiano o original destes textos dado em 1280 à povoação pelo Convento da Trindade de Santarém (como atesta a introdução ao texto do foral copiado antes do dos Costumes aqui analisado). Proponho, como em RODRIGUES (1993) e de acordo com as novas evidências, que se date este documento, não de 1280, mas, sim, de meados do século XIV.

Manuscrito B:

Dados codicológicos e paleográficos:

O códice que contém o texto B, contém uma série de outros textos (a saber, um excerto dos Evangelhos, a cópia do Foral de Santarém traduzida e adaptada para o Concelho de Borba, os Costumes aqui tratados, um conjunto de Posturas de D. Dinis, e o Regimento dos Corregedores). É constituído por seis cadernos desiguais tanto em estado de conservação como em constituição e branqueamento do pergaminho.

O último caderno constitui por si só o que parece ser uma unidade. Tem o texto do regimento dos Corregedores, está em pior estado de conservação, tem letra com módulo substancialmente diferente dos restantes e tem também vestígios inequívocos de uma cosedura não solidária com a dos restantes cadernos. É, contudo, nele (a f.51) que se encontra o que tem sido interpretado como o colophon do códice, no qual surge a data de 1347 (Era de 1385).

O códice tem uma encadernação em madeira revestida a couro que aparenta ser não anterior a fins do séc. XV. Na época manuelina deve ter sido anexado aos cinco cadernos finais o primeiro caderno em que se encontra uma folha de título de características manuelinas. Do ponto de vista paleográfico é de notar que os textos dos cinco primeiros cadernos partilham uma letra gótica caligráfica comum, sem hastes alongadas que permitam antever a emergência de um cursivo, característica que já possui a letra do mesmo tipo que aparece no sexto caderno. Sendo assim, não parece seguro afirmar sem reservas que a data apontada no último caderno diga, obrigatoriamente, respeito aos seis cadernos como um todo. Já em PALMA (1964) algumas reservas tinham sido colocadas a esta datação e RODRIGUES (1993) corrobora-as e, baseando-se, sobretudo, na relação que se estabelece entre o texto B e os outros da mesma tradição propõe uma data que se encontrará entre o final das Cortes de Santarém de 1331 e o ano de 1347 (data em que parece ter sido escrito o colophon, talvez, já fazendo referência aos seis cadernos enquanto conjunto).

Dados de natureza grafémica:

Existem mais <-m> do que <-n>, embora o número total não seja muito diferente. Saliente-se, contudo, que o grande número de ocorrências de <-n> se deve, sobretudo, a monossílabos (preposições, geralmente).

A lateral palatal é sempre grafada <lh> e a dento-alveolar tanto pode

ser grafada com o <l> simples como com duplo.

A nasal palatal, por seu lado, ainda apresenta alguma variação: é <nh>, normalmente; porém é, muitas vezes abreviada: <~h> (B186 *auho-me*, B186 *auho*). Outras vezes, aparece sem o <h>, como em B114 *vios*, B4 *Testemôio* face a B4 *Testemunho*. Não aparecem, portanto, já as grafias mistas do tipo: <gn> ou <gnh>. Estas três características apontam, mais uma vez, para uma datação compatível com a da proposta acima apresentada se bem que não a precisem de modo claro.

O emprego do <h> não é, de igual modo, muito esclarecedor. Seria necessário comparar estes dados com os de muitos mais textos desta época para se perceber quais são os usos mais frequentes do <h>. Aparece com a função anti-hiática que já lhe conhecemos mas não sistematicamente: B195 *cahéu*, B110 *decaher* // B111 *decaer*, B93 *poher* e B173 *poher* // B124, B135 *poer*, B170 *tehudo*, B197 *acaheçeu*. E aparece, também, é claro, em posição inicial e com ou sem justificação etimológica: B4 *homes*, B15 *theudo*.

No que respeita às sibilantes os dados mais relevantes são os seguintes, não tendo a pretensão de esgotar o assunto, sobretudo, no que se refere à possibilidade de o sistema de africadas pré-dorso-dentais já ter dado lugar às fricativas correspondentes (Nota: os dados que se seguem referem-se somente à posição medial por ser esta a que, normalmente, suscita mais alternâncias ortográficas). Para a apico-alveolar sonora surge, normalmente, a grafia <-s->, por

exemplo, B10 *mesa*. Mas tem algumas excepções (<-ss-> em B183 *cassas*, B115 *cassada*, B173 *posserom*, B115 *quarellossa*, por exemplo). Para a africada, ou já fricativa, dental sonora temos normalmente <z>, como em B6 *fazer*. Para a apico-alveolar surda temos, maioritariamente, <-ss-> e, excepcionalmente, <-s-> como em B42, B43, B160, B161 *asy*. E, ainda, para a africada, ou já fricativa, dental surda <ç> como em B10 *justiça*. Estes dados mostram que a confusão ortográfica, herdada do séc. XIII, no que se refere às sibilantes é mais nítida neste texto do que no texto A.

Vemos, depois desta sùmula, que nenhuma destas características nos permite, sem outras ajudas, determinar se o texto é de 1347 ou de data anterior que possamos identificar com precisão. Somos, por isso, forçados a valorizar mais todos os outros dados que possamos conhecer a propósito do texto. E existem outros elementos que nos podem ajudar, por exemplo, certas referências feitas no texto ou nos textos que fazem parte do mesmo còdice.

Em B191 é referida a data em que se fixou um costume: 1286. Para além disso, são de D. Dinis as últimas Posturas copiadas e o texto dos Corregedores que surge no último caderno deve ter surgido a partir das Cortes de Santarém de 1331. Articulando estes dados com os de colação já referidos em RODRIGUES (1993) e, ainda, com os dados grafémicos agora apresentados, pode concluir-se que o texto B deve ter surgido como cópia de um documento hoje desaparecido e que fora feito em Santarém depois das mencionadas Cortes de 1331 e de que derivaria, posteriormente, o texto S. De acordo com as

características do caligráfico e com as semelhanças e dissemelhanças que tem com o texto A, talvez, se pudesse até supor que tivesse sido escrito ainda na década de trinta. O assunto mereceria ainda maior aprofundamento, todavia.

Manuscrito S:

Dados codicológicos e paleográficos:

O códice em que aparecem os Costumes e o Foral de Santarém, aqui designado S, é um códice em pergaminho constituído por três cadernos de 8 fólhos cada encaixados, com o formato de 340mm x 230mm. A letra é gótica caligráfica comum, regular, traçada a castanho, excepto nas rubricas e maiúsculas em que aparece o vermelho. São de notar algumas semelhanças morfológicas entre esta letra e a decoração do códice com as do códice B. A decoração não ficou completa, visto que só até ao fólho 12v é que, sem excepção, as maiúsculas têm o interior ornamentado. O texto é escrito em duas colunas e as margens são, com frequência, preenchidas por reprodução de sinais tabeliônicos, manchetes, contas e outras anotações variadas. O códice tem uma encadernação moderna em cartão e está em bom estado. Antes do texto do Foral e dos Costumes o códice tem o relato de um acontecimento que é de interesse para a datação do texto. Na Era de 1369 (1331) foi mostrada pelo procurador da vila, publicamente uma carta de Foral de Santarém, provavelmente a de D. Afonso Henriques mas já com as confirmações de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Afonso III. É traduzida essa carta e dito que nessa data se fez nova cópia desse documento por mão do tabelião Estevam Vicente. Este relato

presente no códice S parece ser copiado deste documento lavrado em 1331. E é esta data que tem servido para datar o texto, erroneamente dito do Foral de D. Fernando por se pensar que era de 1369 e não de 1331. A seguir à cópia deste relato surge, então, a cópia dos Costumes que nos interessa (f.43b - f.23rb) e que, por sua vez, terá sido feita em data incerta, e mais à frente alguns acrescentamentos aos Costumes que datarão do século XV, pelas características do cursivo em que são escritos.

Dados de ordem grafémica e outros:

Dada a frequência de <-m> face a <-n>, as formas de grafar a conjunção copulativa "e" e a consoante nasal palatal o texto é datável da década de 1350, aproximadamente.

A lateral palatal é grafada, apenas num caso, <ll>, em vez do costumado <lh>.

São frequentes os sinais de abreviatura supérfluos tal como a grafia <ff> para [f].

É também muito mais frequentemente usado o <h>, sobretudo em palavras que não o possuem etimologicamente.

No que respeita aos sons sibilantes, os dados são idênticos aos apontados para o texto B e as excepções são, igualmente, do mesmo tipo. Tanto num caso como no outro, mais do que uma eventual

confusão entre surdas e sonoras, a variação ortográfica pode dever-se às dificuldades que, por certo, a fusão do sistema de sibilantes mais antigo com o mais moderno causou a escribas que se regiam por normas, não só, pouco explícitas mas, também, muito diferentes, bastas vezes.

Os dados relativos à colação dos manuscritos B e S (já referidos em RODRIGUES (1993)) mostram que o texto S tem que ser posterior ao texto B porque nele são copiados não só os costumes, propriamente, ditos mas também a sua reformulação e actualização ou, simplesmente, qualquer texto que refira o seu uso ou desuso. Existindo estas anotações já quando foi feito B, muito seria de admirar que elas não tivessem sido levadas em linha de conta, uma vez que os textos parecem ter em comum um antepassado, hoje perdido, e que talvez tivesse saído das Cortes de 1331.

Conclusão: Os textos A, B e S, fazendo todos parte da tradição dos Costumes de Santarém, podem, segundo todos estes dados, ser datados com um pouco mais de exactidão. A será de meados do séc. XIV (1340-60), talvez até posterior a B. B, esse, será posterior a 1331 e, necessariamente, anterior a 1347 (talvez até da década de 30). E, por fim, S, não podendo ser, obviamente, de 1369, será, como indicam as características ortográficas e não desmentem as codicológicas ou outras que conheçamos, da década de 50 (ou, em todo o caso, sempre posterior a 1347).

BIBLIOGRAFIA

BARROS, H. da G., 1885: *Historia da Administração Pública em Portugal nos sécs. XII a XV* (1945-54: Lisboa, Livraria Sá da Costa, 11 vols.).

BEIRANTE, M. Â. V. da R., 1980: *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova, Faculdade de Ciências Técnicas, Sociais e Humanas, 310pp..

CINTRA, L. F. L., 1963: "Les Anciens Textes Portugais, Classement et Bibliographie", *Revue de Linguistique Romane*, nº 27, pp. 40-58.

HERCULANO, A., 1846: *História de Portugal* (1980: *História de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do Reinado de D. Afonso III*, Edição anotada por José Mattoso, Lisboa, Livraria Bertrand, 4 vols..

MATTOSO, J., 1985: *Identificação de um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal 1096-1325* (1991: Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, nº 45, 2 vols.).

PALMA, C. B. C., 1964: *A Linguagem dos Foros de Santarém*, Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RODRIGUES, M. C. M., 1993: *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de

Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 278.